

Universidade em disputa: ecos dos itinerários de Aparício Cora de Almeida no tempo presente (Porto Alegre - RS)

University in dispute: echoes of Aparício Cora de Almeida's itineraries in the present time (Porto Alegre - RS)

Marcos Luiz Hinterholz*
Doris Bittencourt Almeida*

RESUMO

O presente artigo discute a vida e morte de Aparício Cora de Almeida e as repercussões dessa trajetória biográfica no campo educacional, especialmente no que diz respeito à democratização do acesso ao ensino de nível superior no Rio Grande do Sul. As análises têm seu eixo central na produção de memórias e esquecimentos em torno da imagem deste personagem. Destacado líder estudantil no início dos anos 1930, esteve ligado a movimentos alinhados aos ideais de Córdoba (1918), que então disputavam o modelo de universidade que viria a ser implantado no estado. Era também secretário da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no estado e um militante do Partido Comunista do Brasil (PCB). Num contexto de forte repressão aos movimentos políticos de oposição ao governo de Flores da Cunha, com prisão e suspeitas de assassinatos de diversos adversários, a morte de Aparício em 1935 é cercada de circunstâncias nebulosas, e sua biografia entrelaça-se com a história do movimento estudantil rio-grandense. Em homenagem à memória do filho, a família doa um prédio à primeira Casa de Estudantes do Rio Grande do Sul, que posteriormente viria a chamar-se Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA). Essa doação foi de fundamental importância para a Federação Acadêmica de Porto Alegre (FEUPA), que passaria a funcionar no local, oferecendo uma ampla estrutura de assistência estudantil, inédita até aquele momento no estado.

Palavras-chave: Aparício Cora de Almeida - Movimento Estudantil – Moradia Estudantil-CEUACA.

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: hinterholz.marcos@gmail.com - <http://orcid.org/0000-0002-5962-3187>. E-mail: almeida.doris@gmail.com - <http://orcid.org/0000-0002-4817-0717>

ABSTRACT

This article discusses the life and death of Aparício Cora de Almeida and the repercussions of this biographical trajectory in the educational field, especially with regard to democratization of access to higher education in Rio Grande do Sul. The analyzes have as central axis the production of memories and forgetfulness around the image of this personage. A prominent student leader in the early 1930s, he was connected to movements aligned with the ideals of Córdoba (1918), which then disputed the university model that would be implemented in the state. He was also secretary of the National Liberating Alliance (ANL) in the state and a militant of the Brazilian Communist Party (PCB). In a context of strong repression of political movements opposed to Flores da Cunha's government, with arrests and suspicions of assassinations of various opponents, the death of Aparício in 1935 is surrounded by cloudy circumstances, and his biography is intertwined with the history of the Rio Grande do Sul student movement. In honor of the son's memory, the Family donated a building that would be the first University Housing of Rio Grande do Sul, and later would be called University Housing Aparício Cora de Almeida (CEUACA). This donation was of fundamental importance to the Academic Federation of Porto Alegre (FEUPA), which would operate in the same building, offering a broad structure of student assistance, unprecedented in the state.

Keywords: Aparício Cora de Almeida - Student Movement - University Housing - Student Accommodation - CEUACA.

Introdução

Quem hoje passa pela Rua Riachuelo, quase na esquina com a Borges de Medeiros, no Centro Histórico de Porto Alegre, se depara com um edifício de quatro andares, que disputa espaço com outras construções maiores e mais recentes. Na fachada, uma grande faixa dá o tom do momento: “Queremos nossa Casa de Estudante de volta”. No entorno, a vida, com suas urgências, parece seguir normalmente, pessoas transitam absortas em seus cotidianos, a grande maioria alheia ao passado e ao presente desse lugar, atravessado por muitas camadas de tempo.

Para falar desse prédio, durante muitos anos ocupado por uma moradia estudantil, importa colocar em evidência Aparício Cora de Almeida, personagem pouco explorado pela historiografia e pelas pesquisas em educação. Neste texto, analisamos a construção de memórias e esquecimentos em torno de sua imagem, sobretudo considerando a importância da Casa de Estudante que leva seu nome. Por meio de aproximações com o gênero biográfico, discutimos a intelectualidade do jovem advogado, seus envolvimento com a idealização de uma Universidade autônoma e democrática e sua militância junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), considerando os ecos de sua trajetória de vida no tempo presente e seus impactos para o campo educacional, especialmente no que diz respeito à democratização do acesso ao ensino de nível superior.

Conforme Justino Magalhães (2014), a polissemia do conceito *educação* constitui a principal base epistemológica dessa ciência, de modo que as produções de conhecimento neste campo vêm se tornando mais sensíveis à multifatorialidade, valorizando os processos interativos e de subjetivação. Entende-se, com o autor, que essa interação dos sujeitos ocorre de múltiplas formas e a todo momento, difusas no tecido social. É justamente esta polissemia identificada como base epistemológica que nos convida a complexificar atores e espaços educativos. Neste movimento, práticas e sujeitos tradicionalmente desconsiderados como objetos de pesquisa em educação sobem à cena. Somos instados a pensar a educação em sua permeabilidade com tantas outras dimensões da vida: a arte, a política, o trabalho, o crer, o comer, o morar, o amar... Um convite a liberar a força dessa polissemia de quaisquer aprisionamentos e nos perguntarmos sobre os cumes epistemológicos ou conceituais que têm obstruído novos temas e interrogações. É neste sentido que propomos nos debruçar sobre os itinerários de vida e morte de Aparício Cora de Almeida, buscando identificar os entrelaçamentos de um percurso biográfico com os ideais de democratização da educação e as apropriações de sua imagem no pós-morte por grupos políticos e a instituição de moradia estudantil que leva o seu nome.

Longe de pensar em uma ideia de unidade e coerência, a trajetória de Aparício se inscreve em uma perspectiva relacional. Como no dizer de Ginzburg (2006), trata-se de pensar o indivíduo como microcosmo de um estrato social. Observamos este personagem no interior de uma rede, permeada por teias familiares e de amizade, marcadas, sobretudo, por sua intensa participação no movimento estudantil, produzindo ecos em seus engajamentos políticos no PCB e na ANL, em sincronia com os discursos que circulavam na temporalidade em que viveu (SIRINELLI, 2003; ALVES, 2019). Seus grupos de pertencimento se somam na *composição* do personagem: o legado dos pais, a formação secundária e superior; a aproximação com figuras como Cyro Martins, de quem fora colega de pensão e com quem fundara um grêmio literário; a amizade com Waldemar Ripoll; as afinidades com Dionélio Machado, Agildo Barata, membros da ANL. Temos ainda registros de sua ativa participação junto às reuniões do Instituto da Ordem dos Advogados, como membro do Conselho Deliberativo do Sport Club Internacional, e, ainda, como signatário de um manifesto de intelectuais gaúchos para a fundação, em Porto Alegre, de um clube de cultura moderna, em 1935 (A FEDERAÇÃO, 1935; A MANHÃ, 1935). São informações que nos permitem pensar na proeminência de Aparício no debate público da primeira metade da década de 1930. Situá-lo nesses entrecruzamentos permite que, indiciariamente e sempre de modo incompleto, tentemos “reconstruir o inventário das escolhas possíveis”, que a ele estavam abertas (CARNEIRO, 2018, p. 49). Para tal tarefa, foram mobilizadas fontes orais, periódicos e obras literárias.

Quanto às narrativas de memória, cabe destacar que, no período compreendido entre 2015 e 2018, foram produzidas um total de 10 entrevistas com antigos moradores

da Casa do Estudante. As entrevistas seguiram um modelo semiestruturado e procuraram privilegiar o fluir da memória, sendo que, eventualmente, os narradores foram interpelados por perguntas de um roteiro previamente construído. As questões estiveram concentradas em torno de três eixos: o itinerário de vida do entrevistado antes de ingressar na Casa, suas experiências durante a vivência na instituição, e, por fim, os percursos pós-CEUACA. Para a presente análise, interessaram sobretudo as referências à figura de Aparício.

Trabalhar com memórias é, conforme Ecléa Bosi (2012), interessar-se por aquilo que foi lembrado, pelo que foi escolhido para ser narrado na história de vida dos sujeitos. Esta ideia guarda o sentido da relação que se manteve com os documentos orais desta pesquisa. Buscou-se alcançar dimensões simbólicas que permitissem interpretar alguns significados que o referido grupo social conferiu à imagem de Aparício. Procurou-se identificar modos como tais representações foram e continuam a ser construídas, pensando a articulação entre discursos e práticas sociais.

No que diz respeito ao uso de periódicos na presente investigação, aprendemos com Raquel Discini de Campos (2009) que os jornais e revistas são uma forma de mapear discursos de uma época, posto que, possuem enorme capacidade persuasiva, formadora de opiniões e representações coletivas, aspirações e crenças. Neste mesmo sentido, Francisco Rüdiger (2003) define o jornalismo como uma prática social, ligada aos processos de formação e informação da chamada opinião pública em uma determinada sociedade. Trata-se de uma atividade inserida em um campo de relações de poder, não devendo o jornal em si ser visto de forma essencialista, como puramente manipulador ou exclusivamente divulgador de informações. Para Rüdiger (*idem*), os periódicos e as representações nele contidas podem ser entendidos como fruto dos sentidos conferidos a *práxis* humana em cada tempo histórico. Dentro da ideia de mapear discursos de uma época, igualmente as obras literárias têm sido largamente utilizadas pelos pesquisadores como fontes. A literatura, como nos lembra Michel Foucault (2015), faz parte desse grande sistema de coação através do qual o Ocidente obrigou o cotidiano a se pôr em discurso” (*idem*, p.217). Através dela podemos acessar enunciados, valores e imaginários de tempos pretéritos.

Compartilhadas essas reflexões preliminares, passamos a apresentar Aparício Cora de Almeida, alguém que deixou este mundo muito jovem, mas cuja memória ainda hoje é reconhecida entre segmentos estudantis universitários e nos meios políticos.

A construção da intelectualidade de Aparício e seus engajamentos

Nascido em 1906, no município de Quaraí, localizado na região oeste do Rio Grande do Sul, era filho único de Israel Almeida e de Maria Antonia Cora de Almeida. Há evidências da passagem da família pelos municípios de Carazinho, região norte do estado, Gramado, na serra gaúcha e Porto Alegre, cidade em que Aparício estudou até formar-se como advogado, em 1931. Em registros do jornal *A Federação* e relatórios do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), seu pai, Israel, é identificado como um “capitalista” que transitou por diferentes atividades econômicas, entre as quais estão o comércio, a agricultura, a pecuária e a locação de imóveis¹. Tais elementos permitem inferir a construção de um importante capital econômico e social pela família Almeida, em atividades que se estendiam por diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul. (A FEDERAÇÃO, 1918; 1921; 1924; 1925; 1929; 1931; 1934; MAIC, 1911).

Por ter nascido em uma família de posses, que apostou em sua formação escolar e acadêmica, Aparício teve possibilidades de construir um determinado repertório cultural, pois estudou em instituições de ensino frequentadas pela elite da sociedade rio-grandense, naquela segunda década do século XX: o Colégio Militar de Porto Alegre, e, em seguida, a Faculdade Livre de Direito. Tais elementos devem ser considerados no processo de construção de sua intelectualidade. Claudia Alves (2017; 2019), ancorada nos estudos de Jean-François Sirinelli, explica a importância da formação escolar, especialmente os cursos secundário e superior, como espaços de socialização, desenvolvimento de talentos, construção de laços de amizade e descoberta de afinidades com determinadas áreas de conhecimento que acabam por reverberar nos itinerários futuros.

Outro elemento a lançar luz sobre o percurso social de Aparício foi a sua proximidade com Waldemar Rippol, importante personagem político do início dos anos 1930 no estado e que atuou como advogado e jornalista, escrevendo para o jornal *Estado do Rio Grande*, veículo oficial do Partido Libertador, no qual tecia duras críticas a Flores da Cunha. Acabou preso e refugiou-se em Rivera, na fronteira com o Uruguai, onde foi assassinado em 1934, com fortes indícios de motivação política. Aparício e Rippol, ambos nascidos em 1906 em

¹ As fontes indicam ainda que em 1918, quando Aparício tinha 12 anos e ainda residiam em Carazinho, seu pai foi representante comercial dessa cidade. Suas atividades de liderança estendiam-se a outros espaços, pois, em 1921, ocupou a posição de vice-presidente do Sport Club de Carazinho. Também participou, em sociedade, da empresa Vargas & Almeida, atuando no ramo de serraria e madeira e, em 1931, esteve vinculado à empresa Caio Mariense, também de madeira e materiais de construção. Em 1935, na cidade de Porto Alegre, há registros que identificam Israel como locador de imóveis e, em 1929, como membro fundador da Associação de Proprietários de Imóveis de Porto Alegre.

Quaraí-RS, foram colegas em Porto Alegre, tanto no Colégio Militar, como na Faculdade de Direito. Partilhavam dos mesmos ideais políticos e engajaram-se em propósitos comuns. Naquela Faculdade, ambos foram presidentes do Centro Acadêmico e presidentes da Federação Acadêmica de Porto Alegre (FAPA), nos quais promoveram fecundas discussões sobre o modelo de universidade a ser implantado no Rio Grande do Sul, através do *Movimento Pró-Universidade*. Alicerçaram suas propostas nos ideais da Reforma Universitária de Córdoba (1918), reconhecendo a importância da autonomia e da democratização da Universidade, enfatizando a necessidade da participação dos estudantes nos diferentes segmentos institucionais e seus órgãos diretivos. Entendiam que, desse modo, a Universidade cumpriria sua função formativa de cidadãos socialmente engajados (SOUZA; GENRO, 2018). Portanto, conhecer o que aconteceu nesse tempo pretérito permite ir ao encontro dos processos que levaram a constituição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tema ainda pouco pesquisado.

Naquele contexto de idealização de um modelo de Universidade, Rippol e Aparício também se empenharam para que, em Porto Alegre, houvesse uma moradia para os estudantes. Em 1933, o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito assumiu a mobilização para construir o que então pretendiam chamar de *Casa do Estudante Pobre* (SILVA, 2004). Embora não tivessem levantado recursos suficientes para a construção de um prédio próprio, no dia 1º de agosto de 1934, era fundada a primeira Casa para estudantes universitários do Rio Grande do Sul, então chamada simplesmente de *Casa do Estudante*, localizada num imóvel cedido pela prefeitura local.

Em meio a essas ações, Aparício, como jovem advogado, envolveu-se em outros movimentos. Em 1935, integrou a ANL em Porto Alegre, como primeiro secretário, sendo Dionélio Machado, o Presidente. O Partido Comunista, naqueles anos 1930, era uma diminuta organização, marcada pela clandestinidade, com pouca adesão entre a sociedade, mas obstinado pela orientação das frentes populares rumo a uma insurreição. Nesse período, a ANL se constituiu em uma expressão das principais causas defendidas pelo PCB, tendo a Presidência de Luís Carlos Prestes, nome que se confunde com a história do partido. Há que se destacar, portanto, o caráter contramajoritário dessas organizações e dos posicionamentos adotados por Aparício em vida.

FIGURA 1 - Aparício Cora de Almeida.



FONTE: Correio do Povo, 15/10/1935.

Afastando qualquer determinismo, o contexto no qual este personagem esteve inserido deve antes ser pensando como um indicador de possibilidades e limites. É importante dizer que os seus últimos anos de vida foram vividos durante a ascensão de Getúlio Vargas como Presidente do Brasil e, em âmbito regional, durante o Governo de Flores da Cunha, sendo aquele um tempo de autoritarismo no Rio Grande do Sul, às vésperas da implantação do Estado Novo no Brasil (KONRAD, 2004)². Em 1935, Dyonélio Machado, então presidente na ANL no Rio Grande do Sul, após ser delatado como autor de um boletim que convocava uma greve operária no estado, foi preso, acusado de atentar contra a

2 Konrad (2004) aponta que, naquele período, as questões sociais e políticas no Brasil eram tratadas como “caso de polícia”, apesar do discurso oficial do governo Vargas. Os efeitos da Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935, seriam sentidos fortemente no estado.

ordem política e social³. Aparício Cora de Almeida, como advogado criminalista e membro da direção da ANL, impetrou *habeas corpus* em favor de Dyonélio, fazendo duras críticas públicas ao governo de Flores da Cunha. Esta seria a última atuação profissional e política de Aparício em vida, e os episódios que se seguiram, impactaram profundamente na construção da imagem do biografado.

A morte violenta, a busca por sentidos: as primeiras disputas em torno da memória

Numa noite de domingo, em 13 de outubro de 1935, Aparício tombou, fatalmente vitimado por um tiro de arma de fogo na cabeça, aos 29 anos de idade. O incidente dramático se passou no restaurante Três Estrelas, local afastado do centro da cidade de Porto Alegre, hoje bairro Pedra Redonda. Segundo o processo judicial e os jornais da época, ele teria chegado ao local na companhia de Olga Wagner, uma jovem mulher com quem, supostamente, mantinha um relacionamento extraconjugal.

O Correio do Povo, na edição do dia 15 de outubro de 1935, trouxe a descrição detalhada dos atos fúnebres, permitindo dimensionar a projeção da figura do jovem advogado na sociedade porto-alegrense da época e os impactos gerados por sua morte. Dentre os inúmeros discursos proferidos, destaca-se o de João Antônio Mesplé, membro da ANL, que, entre outras coisas, fala da “coincidência infeliz de ter assistido a palavra inflamada do companheiro morto, quando há pouco tempo se despedia, no mesmo recinto, de Waldemar Ripoll” (CORREIO DO POVO, 1935). Tal declaração é um dos primeiros indícios da associação entre a morte de ambos e de todas as suspeições que seriam levantadas a partir de então sobre a versão oficial do Governo do Estado, qual seja, a de morte acidental, resultado de uma brincadeira de Aparício com a própria arma. É importante ater-se a alguns aspectos factuais e aos desdobramentos das investigações, uma vez que fornecem elementos importantes para a compreensão das versões que viriam a se difundir no imaginário de determinados grupos sociais, projetando-se no tempo.

Apenas alguns dias após o incidente, o Diário de Notícias trouxe estampada na capa em letras garrafais uma manchete em forma de pergunta: *O Dr. Aparício Cora de Almeida teria sido assassinado?* A reportagem investigativa explorou uma série de contradições das testemunhas e a fragilidade do

3 O gráfico Bernardino Garcia foi preso em flagrante nas oficinas da Livraria do Globo em Porto Alegre, no dia 17 de junho de 1935, enquanto distribuía panfletos que conclamavam uma greve entre os operários de sua categoria, em virtude do fechamento da ANL. Preso, Bernardo delatou Dyonélio Machado, atribuindo a este a autoria dos boletins.

interrogatório, além de “outras circunstâncias estranhas” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1935), como o laudo pericial e a posição em que o cadáver estava caído. As informações apresentadas no jornal foram apensadas pela família ao processo, afim de requerer novas investigações.

Outro personagem soma-se à intriga. Trata-se de Guilherme Noronha, estudante de Medicina, que procurou a família de Aparício informando que o assassinato deste teria sido arquitetado pelo Chefe de Política do governo Flores da Cunha. Conforme o relato de Noronha, há tempos Aparício dizia estar sendo seguido por agentes policiais, o que foi confirmado pela esposa, Lucia Issler Almeida⁴. Conforme Guilherme, Olga Wagner, que estava na companhia de Aparício no momento do disparo fatal, seria, na verdade, uma “agente da polícia secreta” e esse serviço estaria sendo controlado pela Delegacia de Ordem Social e Política do Rio de Janeiro⁵. Este episódio e a reportagem investigativa do *Diário de Notícias* amplificaram os rumores de que a morte de Aparício pudesse tratar-se de homicídio, fazendo com que o governo Flores da Cunha, pressionado pela família Almeida e parte da opinião pública, se visse obrigado a nomear uma comissão especial para investigar o caso.

A morte de um militante político de esquerda em circunstâncias nebulosas e dentro de um contexto de forte repressão política, a figura da amante e a versão de que esta poderia ser uma espiã a serviço da polícia, somadas à busca de um pai por justiça pela morte do seu único filho parecem ter sido os ingredientes perfeitos para que o caso tomasse as proporções que tomou, causando comoção pública e impactando o imaginário coletivo. Porém, e a despeito de todos os rumores, e da inconformidade da família, amigos e correligionários com o desfecho das investigações, a comissão especial designada pelo governo Flores da Cunha acabou por reafirmar, em novembro de 1935, a primeira versão apresentada pela polícia: a “de um deplorável acidente, por imprudente brincadeira da própria vítima”⁶.

Os acontecimentos seguintes confirmariam que a família de Aparício e o seu entorno jamais aceitaram essa versão oficial. As narrativas de assassinato político propagaram-se, sobretudo entre os meios chamados “antifascistas”. A repercussão alcançou o Rio de Janeiro, então capital do país, onde o jornal *A Manhã*, ligado ao PCB e porta voz da ANL, estampou entre suas manchetes:

4 Informações constantes no inquérito da Comissão Especial designada para o caso.

5 No decurso do processo, o referido depoente viria a ser desacreditado, chegando mesmo a ser recolhido ao Manicômio Judicial, diagnosticado, conforme laudo do médico Luiz Guedes, anexado ao processo, como “psicopata débil, em que se enxergam ideias persecutórias veladas, reticentes”.

6 Parecer final da comissão especial.

“No Rio Grande do Sul já há certeza de que o Dr. Aparício Cora de Almeida foi vítima de uma cilada” (A MANHÃ, 1935).

Outra evidência da inconformidade com a versão oficial é que, em novembro de 1937, logo após a queda de Flores da Cunha do governo do Estado, Israel Almeida encaminhou um requerimento a Chefatura de Política do Estado, solicitando a reabertura do inquérito, na esperança de outro desfecho para as investigações, uma vez que o cenário político havia mudado. Recebeu como resposta o argumento de que a solicitação não estava amparada em provas novas que justificassem a reabertura do processo, e que “tudo quanto de humano que foi possível praticar e fazer havia sido feito”⁷. Para a família, encerrava-se assim, pelo menos junto às instâncias judiciais, a infrutífera saga que buscou outro desfecho para o episódio que pôs fim a vida de Aparício.

Para além da morte inesperada e violenta, a família precisou lidar com a constrangedora circunstância na qual o fato se deu, qual seja, o encontro com Olga Wagner num local afastado do centro da cidade, levantando suspeições sobre esta tratar-se de uma amante, versão que a referida mulher viria a confirmar nos seus depoimentos. Sem dúvidas, um pesado fardo moral a sustentar naquela década de 1930. Some-se a isso a total desconfiança da família e correligionários quanto à atuação do poder público no caso e o consequente sentimento de injustiça. Estamos diante de um quadro traumático a pedir reparação. Como observou Reinhart Koselleck (2014), “a necessidade de encontrar um sentido para a morte violenta é tão antiga quanto a capacidade de os homens se matarem uns aos outros” (*idem*, p. 256). É nesta chave de leitura que, em 1937, dois anos após a morte de Aparício, um dos primeiros gestos da família Almeida, após ver esgotadas as investidas judiciais, foi mandar erguer um jazigo em homenagem ao filho, sepultado no cemitério São Miguel e Almas, em Porto Alegre.

Trata-se de uma construção em estilo moderno, de estrutura monumental, com cerca de 3 metros de altura. Estabelecida sobre uma grande base escalada em três níveis revestidos de granito preto, ostenta, emoldurados, dois painéis escultóricos de cobre em baixo-relevo, produzidos pelo gaúcho Antônio Carangi (1905-1981), um dos grandes escultores do Brasil na primeira metade do século XX. De tipologia alegórica, o túmulo de Aparício é inspirado em concepções do neoclassicismo, estilo no qual o culto do herói e suas virtudes tem centralidade, sendo marcado pela tendência em construir imagens apoteóticas e de perfeição ética para os indivíduos (BELLOMO, 2008). Deste modo, e entendendo que toda arte funerária é uma forma de discurso (*idem*), cumpre ater-se, ainda que abreviadamente, a uma interpretação iconográfica deste monumento.

7 Despacho do delegado de Ordem Política e Social, de 27/12/1937, anexado ao processo.

FIGURA 2 - Aspecto geral do monumento funerário a Aparício Cora de Almeida (1937).



FONTE: Imagem produzida pelos autores no Cemitério São Miguel e Almas (Porto Alegre-RS)

FIGURA 3 - Comparação entre o baixo relevo frontal do monumento a Aparício Cora de Almeida e a obra *La Liberté guidant le peuple* de Eugène Delacroix, 1830.



FONTE: Imagem produzida pelos autores /Cemitério São Miguel e Almas (Porto Alegre-RS)

No painel frontal, observa-se o protagonismo de uma figura feminina, de dorso nu e cabelos ao vento, conduzindo, a passos largos, guerreiros com feições indígenas empunhando lanças e escudos. Uma característica de Caríngi foi retratar o homem do pampa, acentuando-lhe o traço charrua (PAIXÃO, 1988). Considerando as influências do romantismo neoclássico do escultor, e num exercício comparativo, podem-se estabelecer relações entre essa cena e a pintura *A liberdade guiando o povo*⁸, de Eugène Delacroix, 1830. A afinidade entre as obras dá-se, especialmente, pela imagem da mulher com os seios à mostra representando a liberdade, e os movimentos das formas e a força que delas emana⁹. A alegoria de Delacroix é considerada uma das mais representativas entre aquelas que incorporam os imaginários românticos e os ideais franceses advindos da Revolução Francesa, perpetuados nas revoluções europeias subsequentes. Trata-se um momento de ascensão de valores associados ao nacionalismo, ao patriotismo e ao ideal democrático moderno em que ganham força as alegorias que tematizam as novas realidades políticas e econômicas, como a revolução e a república (BELLOMO, 2008; COSTA; GOMES; MELO, 2014; PAIXÃO, 1988).

8 *La Liberté guidant le peuple*, de Eugène Delacroix, 1830. Museu do Louvre, Paris.

9 Paixão (1988) estabelece a mesma relação com a estátua de Anita Garibaldi, outra obra de Caríngi.

FIGURA 4 - Baixo relevo frontal do monumento a Aparício Cora de Almeida.



FONTE: Imagem produzida pelos autores no Cemitério São Miguel e Almas (Porto Alegre-RS)

No segundo painel, na parte posterior do monumento, vê-se uma alegoria de batalha, que sugere ser uma representação do próprio Aparício. Trata-se do duelo entre uma figura masculina com serpentes gigantes, num discurso de desequilíbrio entre forças antagônicas. A despeito da coragem e virilidade do protagonista da cena, as nove víboras estão prestes a derrotá-lo. Erguem-se de tal modo diante do solitário combatente, superando-o em altura. Elas o cercam por todos os lados, em posição de ataque. O conjunto da cena faz supor uma luta perdida. A despeito de iminente derrota, a figura de Aparício não transparece medo ou desespero. A pose é altiva e resolvida, sua expressão comunica a um só tempo ira e serenidade. Historicamente, a representação do homem nu aparece associada à valorização da masculinidade viril, remetendo ao mundo dos combates, à coragem e à força. Aqui, tal recurso parece ter sido mobilizado para comunicar as virtudes e a superioridade moral da causa pela qual luta o personagem retratado, ante seus antagonistas que assumem a forma de répteis.

A construção funerária evidencia sua intencionalidade: glorificar o sepultado e a luta política por ele travada. A monumentalidade da construção e sua

verticalidade engrandecem o morto e as alegorias esculpidas nos dois painéis constroem para ele uma narrativa identitária. A forma da disposição dos dois painéis e suas alegorias potencializam o enredo proposto por Caringi, pois, com a opção de representar o homenageado na parte posterior do monumento, em segundo plano, reforça-se a ideia de um mártir de uma causa maior que ele próprio, a saber, a liberdade do povo, representada em primeiro plano.

A memória que a família Almeida buscou perenizar liga-se aos ideais socialistas com os quais o filho e eles próprios se identificaram em vida. Note-se que esse culto à personalidade foi promovido e financiado pelo grupo familiar, não havendo iniciativas do Estado neste sentido, posto o caráter antagônico da atuação política de Aparício em relação ao poder dominante no contexto de sua morte e nos anos subsequentes. Some-se a isso o sempre temido *fantasma do comunismo*, que perpassa a história do Brasil no séc. XX e foi capaz de, em diferentes contextos, institucionalizar o silêncio e o esquecimento de vozes dissonantes. Neste sentido, a construção funerária parece ter sido uma das poucas possibilidades de resposta compartilhada naquele momento. Ademais, não se deve deixar de considerar a função política do cemitério, especialmente no período em tela, na medida em que tornou possível elaborar simbolicamente a morte de Aparício em prol da identidade do grupo familiar e ideológico do qual fazia parte (KOSELLECK, 2014)¹⁰.

Com vistas a eternizar Aparício: da Casa do Estudante às apropriações de um campo político

Em 1944, nove anos após a morte de Aparício, a família Almeida seguiu seu trabalho de luto e construção de sentidos para a morte do filho. O mais notável gesto foi a doação, naquele ano, do prédio onde a família e o próprio Aparício residiam, o chamado *Edifício Almeida*, localizado no centro de Porto Alegre, para sediar a Casa do Estudante que, até então, ocupava espaços provisórios na cidade. Essa instituição havia sido criada em 1934, resultado do movimento *Pró-Casa do Estudante Pobre*. Como discutido no início do texto, Aparício foi uma das lideranças dessa causa e, assim, criou-se esta entidade sem vínculos diretos com nenhuma instituição de ensino superior ou poder público, mantendo o seu caráter autônomo e autogerido até os dias atuais.

Em seus primórdios, a história da Casa é marcada por sucessivas mudanças de sede, visto tratarem-se de imóveis que, via de regra, eram cedidos ou alugados.

10 Koselleck (2014) fala em termos de uma identidade nacional, ideia aqui estendida para grupos ideológicos.

O prédio da Rua Riachuelo, quando doado pela família Almeida, contava com oito apartamentos residenciais e diversas salas administrativas. Isso significou um grande impacto para a organização do movimento estudantil do período, pois, além de aumentar significativamente a capacidade de oferecimento de vagas de moradia aos estudantes, possibilitou a implementação de uma série de serviços a uma comunidade acadêmica, como restaurante universitário, gabinete médico e odontológico, barbearia, entre outros. A Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA)¹¹, que até então não possuía sede fixa, também acabou por se estabelecer no local. A Casa do Estudante passa a ser palco de muitos eventos culturais, tornando-se um espaço de sociabilidade para diferentes gerações de universitários.

Quanto às reverberações da imagem de Aparício no interior dessa instituição, foi possível notar que a Casa se relacionou de distintas formas com a memória do patrono ao longo de sua história. Luiz Alberto Ibarra (2018), morador em 1948, recorda que uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a criação da *Sociedade Literária Aparício Cora de Almeida*, no interior Casa, que tinha por objetivo realizar reuniões literárias periodicamente. Ibarra (*idem*) relata ainda que o casal Cora de Almeida, nos anos que se seguiram à doação, foram assíduos frequentadores da Casa, especialmente aos domingos, quando almoçavam com os estudantes. Estes almoços igualmente foram lembrados por Bruno Mendonça Costa (2018), presidente da Casa em 1961: “Era um ritual aquilo, eles eram recebidos com festa, era feita uma mesa especial e todos sabiam que aquele casal havia doado aquele prédio, e sempre fazíamos uma saudação para eles”, lembra o ex-morador.

Foi também em 1961, na gestão de Costa, que a então Casa do Estudante do Rio Grande do Sul passou a chamar-se Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA), nome que se mantém até hoje. O episódio é assim rememorado por Costa (*idem*):

11 Sabe-se muito pouco sobre a Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA), sobretudo porque seu acervo documental perdeu-se num incêndio na década de 1930. Predecessora do atual Diretório Geral dos Estudantes (DCE), era uma entidade que buscava congregar os diferentes cursos superiores existentes em Porto Alegre-RS, antes mesmo da criação da Universidade em 1934. Foi fundada com o nome de Federação Acadêmica de Porto Alegre (FAPA), em 1913, sendo refundada diversas vezes nos anos seguintes, com sucessivas mudanças estatutárias, demonstrando a instabilidade dessa organização no início do séc. XX.

Durante a minha gestão, surgiu a minha boa ideia, de que nós deveríamos tornar muito mais durável essa homenagem, fazendo transformar o nome para Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida. Então fizemos flâmulas e cartazes. Foi uma festança! Montamos uma comissão para entregar essa flâmula ao casal Almeida, na casa deles. Eles choravam em cima da cama, lembrando-se do filho. E nós também choramos, nos abraçamos. Foi a última vez que nós conversamos com o casal Almeida, porque depois eles não puderam mais voltar. Mas ficou o nome, e eu me orgulho de ter tido essa boa ideia (COSTA,2018).

Tais depoimentos vão ao encontro de uma investigação de caráter historiográfico sobre a CEUACA, que utilizou como fontes privilegiadas narrativas de memória de ex-moradores da Casa que lá viveram entre as décadas de 1960 e 1980, na qual foi possível perceber a existência de um imaginário em torno do personagem Aparício no interior da instituição (HINTERHOLZ, 2017). A pesquisa indicou que a imagem deste e o episódio de sua morte foram apropriadas de distintas formas pelos moradores nos anos que se seguiram. Nas referidas entrevistas, foi possível observar como o componente ideológico, de modo geral, ganha força na significação da experiência de viver a CEUACA, sendo um dos marcadores para a definição dos sentidos a ela atribuídos. O testemunho de Nereu Lima (2015) vai nessa direção, especialmente ao lembrar a recusa dos moradores à proposta da Reitoria da UFRGS de incorporar a CEUACA à Universidade na década de 1960:

Se aceitássemos a proposta da UFRGS, nós passaríamos a ser subordinados legalmente, coisa que nós não aceitamos, seria, digamos, violar a iniciativa do próprio patrono da Casa, que era o Aparício Cora de Almeida. Como você já deve estar sabendo, era um comunista, tinha traços até anarquistas, e que morreu numa passeata. Como filho único, os pais resolveram então fazer esta doação do imóvel, para que servisse de fim à residência de estudantes pobres (LIMA,2015).

Nesta e em algumas outras narrativas sobre Aparício presentes na referida investigação, foi possível notar que há uma tendência dos depoentes em associar seus ideais políticos ao episódio da morte deste personagem e a história da Casa. Bosi (2012) explica que o sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’, antes busca também julgar, marcar o lado da história no qual estava “reafirmando sua posição ou matizando-a” (*idem*, p. 453). Neste sentido, é igualmente interessante perceber como João Pedro Stédile (2017), líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), evoca elementos de classe ao externar seu sentimento de gratidão à família Almeida.

Sou muito grato, sobretudo a família do Cora de Almeida, que foi assassinado durante a ditadura do Getúlio Vargas. Eu acho que essa ideia da Casa do Estudante ajudou muitas pessoas de origem humilde, da classe trabalhadora do interior do Rio Grande do Sul a poder estudar (STÉDILE, 2017).

Foi possível perceber ainda que uma segunda versão sobre a morte de Aparício circulou pela CEUACA, ligada a uma suposta traição conjugal. Isso demonstra que, a despeito de todos os esforços da família Almeida e de seus correligionários políticos, o episódio do encontro do filho com Olga Wagner, na fatídica noite de 13 de outubro de 1935, não ficou subsumido e acabou ecoando no tempo. A doação do prédio e os mistérios em torno da morte ganham força simbólica, convertendo-se em marcadores e ensejando a construção e permanência deste mito fundacional através do tempo. Conforme Nivaldo Cunha (2017),

havia duas versões para o assassinato dele. Numa, seria por ideias políticas, ele seria um comunista e que, por suas atividades, teria sido assassinado. A outra versão é de que teria sido um crime passionai, que ele teria tido envolvimento com a mulher de alguém e teria sido assassinado por isto. Estas duas versões existiam, coexistiam e nós não sabíamos qual era a verdadeira (CUNHA, 2017).

As diversas formas de apropriação das memórias acerca desse episódio apontam para a construção de uma narrativa que atravessou gerações de moradores da Casa. Há ainda o registro de ocasiões em que a Casa assumiu institucionalmente a versão do assassinato político, dando indícios de como essa memória foi tratada formalmente no âmbito dessa organização estudantil. É o que se pode perceber em uma edição especial do Jornal da CEUACA, comemorativa de seus 65 anos de fundação:

Dentre os vários estudantes rebeldes da época, um é de suma importância para a CEUACA. Durante a intervenção de Flores da Cunha no Estado, segundo registros históricos, um ex-líder estudantil, criminalista e militante socialista, é assassinado com um tiro na cabeça em circunstâncias não esclarecidas. O corpo, encontrado nos arredores da cidade, era de Aparício Cora de Almeida (JORNAL DA CEUACA. 1999).

Todas essas apropriações e imagens de Aparício permitem dimensionar a complexidade dos elementos que concorrem para a definição dos múltiplos sentidos atribuídos à história de um mesmo espaço institucional e do quanto essa história se relaciona com a história dos sujeitos que o habitaram. Sujeitos que contam e significam uma experiência, um tempo passado e que, ao

reelaborarem suas histórias de vida, reelaboram a história da instituição e a própria biografia de Aparício Cora de Almeida.

Paralelamente, o trato simbólico da morte em favor da construção de sentidos e identidades também pôde ser identificado em referenciais bibliográficos que versam sobre a história do PCB, nas biografias de seus líderes ou em produções literárias que acabam por fazer referência a Aparício. É o caso da autobiografia *Vida de um revolucionário: memórias*, de Agildo Barata, notável militante do PCB e companheiro de Aparício na fundação da ANL no Rio Grande do Sul. Nesta obra, publicada em 1962, Barata recupera o contexto das disputas políticas no cenário nacional e estadual em 1935, situando a morte de Cora de Almeida em meio à violenta repressão das organizações comunistas e os sucessivos assassinatos de suas lideranças. O autor destaca as circunstâncias nebulosas em torno da morte, lançando suspeição sobre a versão oficial do Estado que tratou o caso como acidente. No mesmo sentido vai Eloy Martins, outro destacado dirigente do PCB, no seu livro de memórias *Um depoimento político*, publicado em 1989, onde relembra a morte de Aparício como um assassinato, e que a “versão policial se transformou num enrolado de mentiras” (MARTINS, 1989).

Seguindo neste levantamento de referências bibliográficas que tematizam a vida e morte de Aparício, temos João Batista Marçal, radialista, sindicalista e pesquisador diletante da história da imprensa operária no Rio Grande do Sul, que ao escrever *Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*, publicado em 1986, faz referências à biografia de Aparício, a quem define como “mártir da repressão política”, destacando a impunidade em torno de sua morte.

Nesta mesma linha, outro notável escritor gaúcho, Cyro Martins, no romance *Gaúchos no Obelisco* (1984), ambientando os eventos históricos de 1935, coloca o personagem Zeferino em diálogo com Afonso, assim referindo-se ao episódio da morte de Aparício: “Isso aí tem coisas e loisas! Tu acreditas em suicídio?” (*idem*, p.191), “– Comenta-se que a defesa escrita de Dyonélio foi violentíssima, atacando o Flores e o Tribunal” (*idem*, p.191). São declarações que alimentam suspeitas de assassinato por motivações políticas. O mesmo Cyro Martins (1990), em seu livro de memórias em parceria com Abrão Slavutsky, fala do seu pertencimento ao grupo de Aparício¹² e volta a afirmar que sua morte não foi acidental.

Por fim, neste levantamento das produções literárias que versam sobre o

12 A este respeito, diz Cyro Martins: “Éramos um grupo. Tínhamos ideais comuns. Em política, éramos liberais, democratas e, como tais, combatíamos a ditadura do Papa Verde dos pampas, o Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, já no seu último quinquênio governamental, quando o nosso grupo entrou na política, fazendo discursos e escrevendo artigos antiditatoriais” (MARTINS; SLAVUTSKY, 1990, p. 97-100).

episódio, destacamos o romance 1935 de Rafael Guimaraens, publicado em 2020. O autor mescla pesquisa histórica com ferramentas da literatura policial numa narrativa sobre os principais acontecimentos daquele ano na cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma construção pautada pela cuidadosa apresentação dos fatos, a partir de pesquisas em diversas fontes, especialmente jornalísticas e de arquivos judiciais. Entre os inúmeros casos policiais rumorosos daquele ano, Guimaraens (2020) traz os detalhes obscuros que envolveram a morte de Aparício, e dão a ver as dúvidas em torno do ocorrido, campo fértil para as apropriações e ressignificações que reverberaram pelas décadas seguintes. No caso da obra em foco, deve-se considerar ainda a sua circulação comercial e a narrativa novelesca adotada, o que permite que o nome de Aparício alcance, no tempo presente, círculos mais amplos do que aqueles nos quais seu nome costumava circular até então.

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos trazer para os debates em educação e a cena historiográfica memórias e episódios sobre a trajetória biográfica de Aparício Cora de Almeida, militante e intelectual, que, em sua efêmera existência, deixou marcas que ressoam ao longo do tempo e nos chegam ao presente, sobretudo quando se pensa no modelo de Universidade que temos, no direito à moradia estudantil como garantia fundamental para o acesso e permanência de milhares de estudantes no ensino superior. Uma mirada para a trajetória desta vida e as disputas em torno de sua imagem no pós-morte deram a ver discursos sobre a educação da década de 1930 e de como os embates que mobilizavam este personagem no passado ainda comparecem nas lutas políticas do Brasil contemporâneo. Um enredo biográfico complexo, no qual se entrelaçam o acaso, as escolhas pessoais, pertencimentos políticos, de classe e geracionais. Estivemos diante da trajetória formativa de um personagem, tanto nos espaços educativos formais quanto nas inúmeras interações com o meio social e o contexto histórico no qual viveu, nos quais foi possível identificar os discursos de uma época sobre o direito à educação.

Assim, concluímos que a trajetória de Aparício Cora de Almeida esteve fortemente atravessada por sua condição econômica, pois, como pertencente a uma elite daquele período, teve acesso à formação escolar e acadêmica em instituições qualificadas. Na Faculdade de Direito, difundiu os ideais da Reforma de Córdoba, sobretudo aqueles ligados a modelos democráticos de gestão e de acesso à universidade. E foi nesse contexto de discussões que se destacou na organização de movimentos em prol da moradia estudantil. Após formado, além

de advogado criminalista na capital gaúcha, teve intensa atuação junto ao PCB e a ANL, sendo uma de suas principais figuras na primeira metade da década de 1930.

Quanto ao aspecto factual da morte de Aparício, pairam as mesmas dúvidas que cercaram o episódio no longínquo ano de 1935. Na ausência de provas cabais, o historiador, diferente do juiz, pode recorrer aos dados contextuais. Pode, como se buscou aqui, fazer com que o personagem “vista o contexto” (HARTOG, 2020), além de analisar sua construção ao longo do tempo, através do qual novos olhares e sentidos foram sendo lançados sobre a cena inicial.

Em relação aos atravessamentos entre a história de vida do biografado e a CEUACA, entendemos que o gesto de doação do prédio para essa instituição esteve em consonância com ideário político manifestado por Aparício, especialmente considerando sua atuação junto ao movimento estudantil no início dos anos 1930. Neste sentido, destacou-se aqui a pauta da democratização do acesso à universidade, estando a moradia estudantil entre as principais expressões. Sendo essa uma das frentes do engajamento de Aparício em vida, foi justamente a sua morte que acabou por impactar os rumos do movimento estudantil em Porto Alegre, pois a cedência daquele imóvel permitiu que a Federação Acadêmica melhor se organizasse e ampliasse suas frentes de ação, especialmente quanto à assistência estudantil.

Se colocarmos em paralelo os dois principais movimentos da família Almeida no sentido de salvar do apagamento a memória do filho e conferir um sentido para sua morte, quais sejam, o túmulo e a doação do prédio para a Casa do Estudante, podemos pensar que cada um deles alcançou distintos efeitos de reverberação no tempo. O monumento funerário, a despeito do seu valor artístico e da simbologia revolucionária nele contida, progressivamente apagou-se em seu papel de totem do culto à memória, sobretudo pelo desaparecimento das gerações que lhe foram contemporâneas. A Casa do Estudante, porém, possibilitou que o nome de Aparício seguisse ecoando por mais de oito décadas após o seu falecimento, seja como mito fundacional da referida instituição ou como herói político e modelo inspirador para grupos ideologicamente identificados com as esquerdas. Entretanto, a Casa do Estudante que leva seu nome está na iminência de ser extinta! O motivo está na evacuação do seu prédio sede em 2014, pela deterioração em que se encontra. Apesar das promessas de reforma por parte do Governo do Estado, estas nunca aconteceram. Remanejados para diversos imóveis espalhados pela cidade, e com o fim dos repasses do aluguel social, os moradores foram sucessivamente sendo despejados, dismantelandos a existência da CEUACA como instituição. O destino do prédio, doado pelos pais de Aparício, mediante cláusula pétrea, segundo a qual deveria servir única e exclusivamente como moradia estudantil, segue indefinido. E isso diante de um quadro marcado pela falta de vagas nas casas de estudante, de um modo geral. Se muitos dos

aspectos da atuação social e política de Aparício perderam-se no esquecimento, seu nome ainda nos chega ao tempo presente associado a uma causa que segue produzindo mobilizações, e nos traz uma importante dimensão retrospectiva das disputas que foram travadas em torno de modelos mais democráticos de universidade. Agitadas no tempo presente, a vida de Aparício e as circunstâncias de sua morte, insistem em nos querer falar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia. Jean François Sirinelli e o político como terreno da História Cultural. In. LOPES, Eliane Marta e FARIA FILHO; Luciano Mendes de (org.). *Pensadores sociais e História da Educação II*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 111 – 133.

ALVES, Claudia. *Contribuições de Jean-François Sirinelli à história intelectual da educação*. Revista Educação e Filosofia, 2019. p. 27 - 55 Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em 6 maio 2022.

BARATA, Agildo. *Vida de Um Revolucionário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul – arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 17^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CARNEIRO, Maristela. *Desnudando a masculinidade: representações de nudez e seminudez na estatutária funerária paulistana (1920-1950)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5744>. Acesso em 6 maio de 2022.

COSTA, Bruno. Mendonça. *Entrevista com Bruno Mendonça Costa*. [Entrevista concedida a Marcos Luiz Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

COSTA, Lucas Piter Alves; GOMES, Renan Araújo; MELO, Mônica Santos de Souza. *Dos imaginários românticos e de sua construção signica em La Liberté guidant le peuple*. Signótica, v. 26, n. 2, jul./dez. 2014. p. 475-494. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/25095>. Acesso em 6 maio de 2022.

CUNHA, Nivaldo. *Entrevista com Nivaldo Cunha* [Entrevista concedida a Marcos Luiz Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, Poder-Saber*. Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 199-217.

GUIMARAENS, Rafael. 1935. Porto Alegre: Libretos, 2020.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. *O lugar onde a casa mora: Memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida –CEUACA (1963-1981)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172174>. Acesso em 6 maio de 2022.

IBARRA, Luiz. Alberto. *Entrevista com Luiz Alberto Ibarra* [Entrevista concedida a Marcos Luiz Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

KONRAD, Diorge Alceno. *O Fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas, SP:[s.n.], 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

LIMA, Nereu. *Entrevista com Nereu Lima* [Entrevista concedida a Marcos Luiz Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*. Porto alegre: Tchê Editora, 1986.

MARTINS, Cyro. *Gaúchos no obelisco*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

MARTINS, Cyro; SLAVUTSKY, Abrão. *Para Início de Conversa*. Porto Alegre, Movimento, 1990.

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político*. Porto Alegre: Pallotti, 1989.

PAIXÃO, Antonina Zulema. *A escultura de Antonio Caringi: técnica e arte*. Pelotas: Editora da UFPel, 1988.

PRESTES, Anita Leocadia. *70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL)*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 101-120, junho 2005. p. 101- 120. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4113>. Acesso 6 maio de 2022.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da. (org.). *As Casas de Estudante da UFRGS*. Porto Alegre:

UFRGS, 2004.

SOUZA, Cidara Loguercio; GENRO, Maria Elly Herz. *Memórias de acadêmicos do Sul do Brasil na perspectiva de um “ideal universitário na América”*: outro legado dos estudantes? In: VII Jornadas de Estudio y Reflexión Sobre el Movimiento Estudiantil Argentino y Latinoamericano. Anais eletrônicos. Universidad Nacional del Litoral, 2018. Disponível em: <http://conflictosocialiigg.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/72/2018/05/7-Cidara.pdf>. Acesso em 08/06/2022.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

STÉDILE, João Pedro. *Entrevista com João Pedro Stédile* [Entrevista concedida a Marcos Luiz Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

DOCUMENTOS

Relatório apresentado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao Presidente da República. Vol. I, Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, 1911.

A Federação, 29/05/1918; 16/08/1918; 19/05/1921; 15/06/1921; 16/02/1924; 26/06/1921; 12/12/1931; 04/11/1925; 25/11/1929; 05/10/1935.

A Manhã, 03/11/1935; 06/11/1935.

Correio do Povo, 15/10/1935.

Diário de Notícias, 25/10/1935; 27/10/1935; 29/10/1935

Jornal da CEUACA, Ano I, nº 1, Set/1999.

Texto recebido em 05/04/2021.

Texto aprovado em 14/02/2022.